

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000212-62.2015.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **Manoel Brito Silva**  
 Requerido: **Adilson AutoElétrico**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito com pedido indenizatório proposta por **MANOEL DE BRITO** em face de **ADILSON AUTOELÉTRICO**. Afirma que contratou os serviços do réu e, mesmo efetuando os pagamentos em tempo, seu nome foi inserido em cadastros de proteção ao crédito, efetivando-se, ainda, o protesto do título emitido. Requereu a declaração de inexistência do débito e a condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos morais, estimando-a em R\$ 10.000,00. Em sede de antecipação dos efeitos da tutela postulou a cessação dos efeitos da negativação.

O pedido de antecipação de tutela foi deferido (fls. 22).

Citado, o requerido apresentou resposta contrapondo os argumentos lançados na inicial e pugnando pela improcedência.

Mostrando-se infrutífera a tentativa de conciliar as partes, o réu arrolou testemunhas, permanecendo silente o autor. Na oportunidade, designou-se audiência de instrução, debates e julgamento (fl. 58).

Na solenidade, produzida a prova oral, encerrou-se a instrução processual, concedendo-se prazo para as partes apresentarem suas alegações finais (fls. 61).

É o relatório.  
 Fundamento e DECIDO.

Proceda a serventia à correção do polo passivo (fls. 30/48).

A ação é improcedente.

Embora alegada a relação de consumo, inaplicável a inversão do ônus da prova, pois ausentes o requisito da hipossuficiência técnica (artigo 6º, inciso VIII, da Lei 8.078/90).

Observe-se, nesse aspecto, que as alegações iniciais são genéricas e que não se vislumbra a menor aptidão do requerente, em relação ao réu, para a produção das provas necessárias à efetivação de seu alegado direito.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A parte autora ficou-se inerte e a prova produzida é insuficiente para demonstrar o pagamento, ônus que lhe impõe o artigo 373, I, do Código de Processo Civil, do qual não se desincumbiu.

Não demonstrada a ilegalidade da cobrança, restam prejudicados os demais requerimentos, impondo-se a improcedência integral.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação. Revoga-se a decisão antecipatória. Arcará o autor com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 15% sobre o valor da causa, observando-se a gratuidade concedida.

Interposta apelação, após viabilizada a apresentação de contrarrazões, subam os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 02 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**